



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA AZUL DO NORTE**

Av. Lago Azul s/n.º - CEP 68533-000 - Água Azul do Norte - Pará

LEI N.º 140/2001, de 24 de Julho de 2001.

Dispõe sobre as Diretrizes  
Orçamentárias para o exercício de 2002  
e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA AZUL DO NORTE, ESTADO DO PARÁ, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art.1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município de Água Azul do Norte - PA, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- ii. A estrutura e organização dos orçamentos;
- III. As diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV. As disposições relativas às despesas do Município com pessoas e encargos sociais;
- V. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VI. As disposições gerais.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art.2º** - As despesas serão fixadas em consonância às prioridades que serão estabelecidas no PPA, "Plano Plurianual" e Lei orçamentária Anual quando do envio dos respectivos Projetos de Lei ao Plenário da Câmara Municipal, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**CAPÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art.3º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa, conforme a seguir discriminados:

Pessoal e encargos sociais;  
Juros e encargos da dívida;  
Outras despesas correntes;  
investimentos;  
Inversões financeiras; e  
Amortização da dívida

**Art.4º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**Art.5º** - O Projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de: texto da lei; anexos do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminado a receita e a despesa na forma definida nesta lei; discriminação da legislação da receita e da despesa, referente da Lei Federal 1.320 de 17 de março de 1964.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

Seção I - Das Diretrizes Gerais

**Art.6º** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2002 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art.7º** - Através do acompanhamento sistematizado da arrecadação e das despesas realizadas, será buscado o equilíbrio entre receita e despesa, de modo a impedir o surgimento de déficit na programação.

Parágrafo primeiro – sempre que evidenciada incompatibilidade entre a arrecadação e gastos o poder Executivo limitará a realização de empenho e movimentação financeira através de:

- I. Redução dos investimentos custados à conta de recursos próprios, desde que não comprometidos com a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União ou Estado.
- II. Redução de outros gastos de custeio na proporção do decréscimo da arrecadação.

Parágrafo segundo – restabelecida a receita prevista ainda que parcialmente, serão recompostos os atos de emissão de empenhos de forma proporcional às reduções efetivadas;

Parágrafo terceiro – não serão objeto de limitação de empenho as despesas que se constituam em obrigações constitucionais e legais do município.

**Art.8º** - Os projetos e atividades integrantes da programação orçamentária do município, terão seus custos controlados através de sistema de controle interno instituído no âmbito de cada Poder, cuja utilização assegurará eficiência, eficácia e economicidade na utilização dos recursos públicos, bem como reorientará a ação administrativa, corrigindo possíveis desvios ocorridos na programação.

**Art.9º** - É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- II. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei N.º 8.742 de 7 de Dezembro de 1993.

§ 1.º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida durante o exercício de 2001 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art.10º** - Na execução orçamentária, o montante dos recursos a serem repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassará o percentual de 8% (oito por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5.º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente arrecadados no exercício anterior.

**Art. 11º** - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle do custo das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art.12º** - O Poder Judiciário encaminhará ao Poder Executivo Municipal, até 31 de Agosto, a relação de débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2002, conforme determina o art. 100, § 1.º Constituição Federal, especificando:

- a) N.º da ação originária
- b) N.º do precatório
- c) Tipo de causa julgada
- d) Data da autuação do precatório
- e) Nome do beneficiário; e
- f) Valor do precatório a ser pago

Parágrafo único: a relação dos débitos de que trata o caput deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam pelo menos uma das seguintes condições:

- I. Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

**Art.13º** - Na programação da despesa não poderão ser:

- I. Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;
- II. Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária.

**Art.14º** - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art.2.º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento.

Parágrafo único: para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2001, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado.

**Art.15º** - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

- I. Aquisições de automóveis de representação ressalvadas as referentes ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, como também aos Secretários Municipais para execução de suas atividades;
- II. Celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal.
- III. Ações que não sejam de competência exclusiva do Município, salvo se resultantes de convênio previamente autorizado;
- IV. Clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres excetuadas creche e escolas para atendimento pré-escolar; e
- V. Pagamento a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade economia mista, por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Parágrafo único – os serviços de consultoria e assistência técnica somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores da Administração Municipal, publicando-se além do extrato, a justificativa e a autorização da contratação.

**Art.16º** - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, religioso ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC;
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;

**Art.17º** - A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo 10%, a (dez por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais.

**Art.18º** - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1.º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos das dotações sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2.º Nos casos de créditos à conta de recursos do excesso de arrecadação, a exposição de motivos de que trata o § 1.º deste artigo, conterá a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS SOCIAIS**

**Art.19º** - O Poder Executivo publicará até 30 de Setembro de 2001, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro legal de pessoa civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

§ 1.º O poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato próprio do dirigente máximo.

**Art.20º** - No exercício financeiros de 2002, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, observarão o disposto na Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000.

**Art.21º** - No exercício de 2002, observado o disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, somente poderão se admitidos servidores se:

- I. Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo 19 desta Lei.
- II. Houver vacância, após 30 de Setembro de 2001, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;
- III. Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
- IV. For observado o limite previsto no artigo anterior.

**Art.22º** - No exercício de 2002, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 65% (sessenta e cinco por cento) dos limites referidos no artigo 20 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especificamente os voltados para as áreas de saúde, que estejam em situação emergencial de risco ou de prejuízo para a comunidade.

Parágrafo único – a autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art.23º** - A Lei que conceda incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após a anulação de despesas de valor equivalente, caso produza impacto financeiro no mesmo exercício.

**Art.24º** - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária.

§ 1.º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária.

- I. Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
- II. Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2.º - O Poder Executivo procederá mediante decreto, a ser publicado no prazo de trinta dias após a sanção, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.25º** - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

**Art.26º** - Caso seja necessário a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, serão tomadas as providências constantes do artigo 7º desta Lei.

§ 1.º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá ao referido Poder tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2.º - O presidente da Câmara Municipal, com base na Comunicação de que trata o parágrafo anterior; publicará, estabelecendo os montantes que o órgão terá como limite para movimentação e empenho.

**Art.27º** - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2002, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do poder Executivo, observando em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Parágrafo único – o desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será feito até o dia 20 de cada mês sob a forma de duodécimos.

**Art.28º** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art.29º** - Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de Dezembro de 2001, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Pagamento do serviço da dívida

**Art.30º** - Esta Lei em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Azul do Norte, 24 de Julho de 2001.

  
José Francisco da Silva  
Prefeito Municipal

# ANEXO ÚNICO

## LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO DE 2002 METAS E PRIORIDADES DO PODER EXECUTIVO PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2002.

### ANEXO ÚNICO

#### I - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

##### 1. ADMINISTRAÇÃO

- 1.1 Publicação de Boletim Informativo
- 1.2 Loteamento na Sede e nos Distritos do Município
- 1.3 Eventos Culturais
- 1.4 Publicação de Boletim Informativo
- 1.5 Prefeitura Itinerante.
- 1.6 Construção do Prédio da Prefeitura Municipal.
- 1.7 Regularização de documentos dos terrenos destinados à área urbana da sede do município e Distritos.
- 1.8 Fica criado no Orçamento Municipal verba necessária a pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, fazendo-se um pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

##### 2. EDUCAÇÃO

- 2.1 Manter atualizados professores, supervisores, secretários e diretores de escolas;
- 2.2 Treinamento de professores na Zona Rural;
- 2.3 Dar assistência ao curso 2º grau de ensino modular;
- 2.4 Ampliar o número de salas de aula na rede de ensino municipal;
- 2.5 Implantar sistema de água potável e higiene sanitária;
- 2.6 Ampliar e reformar a rede física garantindo o acesso a escola de 90% da população de idade escolar.
- 2.7 Assegurar continuamente aos professores de erradicação do analfabetismo, mercê de um plano de ação específica.
- 2.8 Proporcionar assessoramento técnico e pedagógico necessário ao bom funcionamento do sistema de ensino Municipal;
- 2.9 Garantir a criação e manutenção e os equipamentos de creches;
- 2.10 Implantação de programas e serviços de educação especial e tanto quanto possível, adaptação, reforma, construção e aparelhamento das chamadas classes especiais, bem como a implantação de programas de assessoramento técnico pedagógico;
- 2.11 Programação e coordenação de programas de assistência ao estudante do Município, visando o seu aperfeiçoamento, inclusive a concessão de bolsas de estudos a estudantes carentes de material escolar e apoio escolar;
- 2.12 Assegurar meios e condições ao desenvolvimento das atividades culturais e esportivas do município.
- 2.13 Implantação do ensino médio regular no município;
- 2.14 Aumento do acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal.
- 2.15 Construção e equipamento de residência para professores que lecionam neste município vindo de outras localidades.

##### 3. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE



- 3.1 Contratar técnico de acordo com a demanda de 240 projetos técnicos;
- 3.2 Implantar agroindústrias no município;
- 3.3 Apoiar e ampliar as ações do INCRA;
- 3.4 Dar continuidade aos cursos do PEP;
- 3.5 Dar continuidade à aquisição de sementes junto à SAGRI;
- 3.6 Construir represas para criação de peixe para pequenos produtores;

#### **4. SAÚDE E SANEAMENTO**

- 4.1 Garantia de pleno funcionamento de toda a estrutura dos sistemas de saúde do município.
- 4.2 Sedar o Seminário do Conselho da Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.3 Apresentação do plano anual de Ações de Saúde.
- 4.4 Construção da lavanderia pública.
- 4.5 Garantia de Pleno funcionamento do Hospital Municipal.
- 4.6 Construção da rede de esgoto urbana e usina de tratamento.
- 4.7 Implantação do Programa de Conscientização do destino final do Lixo.

#### **5. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- 5.1 Programa de geração de renda – Cadastramento e funcionamento para pequenos empreendimentos.
- 5.2 Pequenas empresas – incentivo à implantação de micro empresas no Município.
- 5.3 Habitação – loteamento e construção de casa própria.
- 5.4 Restrução das redes de Assistência Social – Creche, Centro de Convivência de Idosos e Centro de Formação profissional.
- 5.5 Centro Comunitário – Atendimento as diversas Atividades Sociais, com promoção de cursos, exposições e encontros.
- 5.6 Lavouras comunitárias e Comerciais
- 5.7 Crédito Produtivo
- 5.8 Programa de Atendimento a situações de vulnerabilidade temporária.
- 5.9 Construção de albergue
- 5.10 Capacitação de Recursos Humanos
- 5.11 Eventos culturais e promocionais

#### **6. OBRAS E TRANSPORTES**

- 6.1 Ampliação da frota de veículos do município.
- 6.2 Recuperação de 1.500 quilômetros de estradas vicinais.
- 6.3 Abertura de 200 quilômetros de estradas vicinais.
- 6.4 Construção de 50 pontes convencionais.
- 6.5 Construção de 80 bueiros em estradas vicinais.
- 6.6 Construção de Posteamto e Fiação de Rede de Energia Elétrica Rural.
- 6.7 Eletrificação Urbana – Subestação
- 6.8 Iluminação de vias públicas urbanas e das Vilas.
- 6.9 Arborização urbana – Sede e vilas.
- 6.10 Abertura e recuperação de vias públicas.
- 6.11 Pavimentação de Avenidas e Ruas, na Sede e nas Vilas Nova Canadá e Jussara
- 6.12 Construção da Garagem Municipal e do Almoxarifado.
- 6.13 Construção do prédio da Delegacia na sede e Vila Nova Canadá.
- 6.14 Construção de praças públicas
- 6.15 Construção do Lago Azul
- 6.16 Construção do alambrado do Estádio Beira Rio.



- 6.17 Construção da quadra poliesportiva da Vila Jussara
- 6.18 Recuperação da quadra poliesportiva da sede do município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Azul do Norte – PA, 24 de julho de 2001.

  
**José Francisco da Silva**  
Prefeito Municipal